



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

Aos 20 dias do mês de Março de 2012, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Parte I

Audição, em conjunto com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, da Senhora Ministra Plenipotenciária de 1.ª classe Fátima Perestrelo, nomeada para ocupar o cargo de Embaixadora de Portugal em Helsínquia, Finlândia

Parte II

1. Apreciação e votação da Ata n.º 43/XII, referente à reunião de 14 de março
2. Informações;
3. Discussão e Votação do projeto de texto de substituição dos projetos de lei n.º 99/XII (PS) - Acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia; n.º 102/XII (PSD) Procede à alteração à Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia; n.º 105/XII (CDS-PP) Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, reforçando os meios de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia e n.º 108/XII (BE) Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, garantindo a adequada fiscalização parlamentar do governo no âmbito do processo da União Europeia elaborado pelo Grupo de Trabalho criado para o efeito;
4. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias
 - a) Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2004/40/CE relativa às prescrições mínimas



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (campos eletromagnéticos) (18.ª diretiva especial na aceção do n.º 1 do artigo 16.º da Diretiva 89/391/CEE [COM(2012)15] objeto de relatório e parecer da Comissão de Segurança Social e Trabalho
Deputado Autor de Parecer: João Lobo (PSD).

b) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da União [COM(2011)934] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
Deputado Autor de Parecer: Honório Novo (PCP).

c) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera as Diretivas 2000/60/CE e 2008/105/CE no que respeita às substâncias prioritárias no domínio da política da água [COM(2011)876] e RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO relativo aos resultados da revisão do anexo X da Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, respeitante às substâncias prioritárias no domínio da política da água e [COM(2011)875] objeto de relatório e parecer da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local
Deputado Autor de Parecer: Ana Drago (BE).

d) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição da União Europeia sobre a decisão do Conselho Geral da OMC de prorrogação da derrogação da OMC, a fim de aplicar o regime preferencial comercial autónomo da UE para os Balcãs Ocidentais [COM(2011)716] objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas
Deputada Autora de Parecer: Ana Drago (BE).

e) Proposta alterada de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a procedimentos comuns de concessão e retirada do estatuto de proteção internacional [COM(2011)319] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
Deputada Autora de Parecer: Ana Catarina Mendonça Mendes (PS).



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

f) Proposta alterada de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece normas em matéria de acolhimento dos requerentes de asilo [COM(2011)320] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
Deputado Autor de Parecer: Ana Catarina Mendes (PS).

g) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração, em nome da União Europeia, de um Acordo sob forma de troca de cartas entre a União Europeia e a Federação da Rússia no que respeita à introdução ou ao aumento pela Federação da Rússia de direitos de exportação sobre matérias-primas [COM(2011)727] objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas

Deputado Autor de Parecer: Sérgio Azevedo (PSD).

h) RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório de avaliação intercalar do programa Justiça Penal [COM(2011)255] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor de Parecer: João Lobo (PSD).

i) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Rumo a uma política da UE em matéria penal: assegurar o recurso ao direito penal para uma aplicação efetiva das políticas da UE [COM(2011)573] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor de Parecer: Alberto Costa (PS).

5. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta alterada de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2001/83/CE no que diz respeito à informação ao público em geral sobre medicamentos sujeitos a receita médica [COM(2012)48] e Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 726/2004 no que diz respeito à informação ao público em geral sobre medicamentos para



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

uso humano sujeitos a receita médica [COM(2012)49] objeto de relatório e parecer da Comissão de Saúde

b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 726/2004 no que diz respeito à farmacovigilância [COM(2012)51] e Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2001/83/CE no que diz respeito à farmacovigilância [COM(2012)52] objeto de relatório e parecer da Comissão de Saúde

c) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção, investigação, deteção e repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais, e à livre circulação desses dados [COM(2012)10] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

d) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (regulamento geral sobre a proteção de dados) [COM(2012)11] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

e) Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo ao Estatuto da Fundação Europeia (FE) [COM(2012)35] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

f) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Abertura e neutralidade da Internet na Europa [COM(2011)222] objeto de relatório e parecer da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

g) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Proteção das infraestruturas críticas da informação «Realizações e próximas etapas: para uma cibersegurança mundial»



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

[COM(2011)163] objeto de relatório e parecer da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

h) Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo aos métodos e ao procedimento para a colocação à disposição do recurso próprio baseado no imposto sobre o valor acrescentado [COM(2011)737]; Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo aos métodos e ao procedimento para a colocação à disposição do recurso próprio baseado no imposto sobre as transações financeiras [COM(2011)738]; Proposta alterada de DECISÃO DO CONSELHO relativa ao sistema de recursos próprios da União Europeia [COM(2011)739]; Proposta alterada de REGULAMENTO DO CONSELHO que estabelece as medidas de execução do sistema de recursos próprios da União Europeia [COM(2011)740] objeto de relatório e parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

i) Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à classificação, embalagem e rotulagem das preparações perigosas [COM(2012)8] objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas

6. Outros assuntos.

Parte I

Audição, em conjunto com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, da Senhora Ministra Plenipotenciária de 1.ª classe Fátima Perestrello, nomeada para ocupar o cargo de Embaixadora de Portugal em Helsínquia, Finlândia.

O Sr. Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP), Deputado Alberto Martins, agradeceu a presença da Senhora Ministra Plenipotenciária de 1.ª classe Fátima Perestrello, nomeada para ocupar o cargo de Embaixadora de Portugal em Helsínquia, Finlândia. Agradeceu ainda a presença do Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus bem como dos Srs. Deputados



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

presentes das duas Comissões. Referiu que a prática de audição parlamentar de Embaixadores nomeados para novos postos foi iniciada na legislatura anterior e que esta audição era a primeira realizada na presente legislatura. Informou ainda que a Comissão de Assuntos Europeus irá participar nas audições de Embaixadores nomeados para Estados-Membros da UE e irá organizar a audição do Embaixador Fezas Vital nomeado para o cargo de representante Permanente de Portugal Junto da UE – REPER – em Bruxelas a que se associará a CNECP.

O Sr. Presidente, Deputado Paulo Mota Pinto, cumprimentou o Sr. Presidente da CNECP, a Sr.ª Embaixadora e os Srs. Deputados presentes. Felicitou a CNECP pela organização desta audição, agradeceu a associação da CAE a este processo de audições e referiu que considerava que se justificava plenamente a realização deste tipo de audições.

O Sr. Presidente da CNECP deu a palavra à Sr.ª Embaixadora que fez uma apresentação inicial em que mencionou a história da Finlândia, as relações externas e a sua evolução política e económica. Destacou a aposta feita na educação e inovação.

Intervieram de seguida a Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira (PS) e os Srs. Deputados António Rodrigues (PSD), João Serpa Oliva (CDS-PP), Pedro Filipe Soares (BE) e Basílio Horta (PS) tendo a Sr.ª Embaixadora respondido individualmente às questões colocadas, tendo sido abordadas diversas questões, designadamente o turismo de saúde e bem-estar, o intercâmbio de estudantes, a aposta no ensino de português e, de forma mais ampla, as relações entre os dois países.

O Sr. Presidente da CNECP agradeceu a presença da Sr.ª Embaixadora e desejou-lhe as maiores felicidades no exercício das suas novas funções no que foi secundado pelo Sr. Presidente da CAE.

A reunião da CAE prosseguiu entretanto na Sala 8 do Palácio de S. Bento.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

Parte II

1. Apreciação e votação da Ata n.º 43/XII, referente à reunião de 14 de março.

A ata n.º 43, referente à reunião de 14 de março foi aprovada, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

2. Informações.

O Sr. Presidente informou que a Síntese da audiência ao Vice-Presidente da Comissão Europeia, Comissário Olli Rehn, foi distribuída e, se não merecer qualquer reparo, será assinada. Referiu também que foi distribuído aos Srs. Deputados o Relatório sobre a reunião interparlamentar dedicada ao Semestre Europeu.

A audiência solicitada pelo Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais foi marcada para o próximo dia 29 de março, pelas 9.00h, devendo estar presente a Mesa e os Srs. Coordenadores.

Informou ainda que o Sr. Embaixador Domingos Teixeira de Abreu Fezas Vital já foi nomeado para o cargo de Representante Permanente de Portugal junto da União Europeia - REPER em Bruxelas. O Gabinete do Sr. Ministro de Estado e Negócios Estrangeiros sugeriu que a audiência se realizasse no início de maio, pelo que foi proposta a data de 9 de maio para o efeito, aguardando-se confirmação. Tal como para as restantes audições, foi solicitado que esta audiência se realizasse à porta fechada, tendo havido deliberação favorável da Comissão.

O Sr. Presidente referiu que teve um contato informal com a Comissária Viviane Reading que informou que estaria a preparar uma visita a Portugal no princípio de maio e que gostaria de reunir com a CAE.

Tendo o Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) indagado sobre a audiência do Sr. Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira, informou o Sr. Presidente que se iria diligenciar no sentido de marcar nova data.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

3. **Discussão e Votação do projeto de texto de substituição dos projetos de lei n.º 99/XII (PS) – “Acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia”; n.º 102/XII (PSD) - “Procede à alteração à Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia”; n.º105/XII (CDS-PP) – “Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, reforçando os meios de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia” e n.º 108/XII (BE) – “Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, garantindo a adequada fiscalização parlamentar do governo no âmbito do processo da União Europeia” elaborado pelo Grupo de Trabalho criado para o efeito.**

O grupo parlamentar do BE informou que não retirava o projeto de lei n.º 108/XII – “Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, garantindo a adequada fiscalização parlamentar do governo no âmbito do processo da União Europeia”, pelo que este deverá ser votado em plenário. Os restantes grupos parlamentares proponentes anunciaram que retiravam os seus projetos de lei.

A Comissão procedeu à discussão e votação indiciárias do projeto de texto de substituição dos diplomas mencionados, apresentado pelo grupo de trabalho, e das propostas de alteração apresentadas pelos grupos parlamentares do CDS-PP e do PCP, conforme relatório de nova apreciação, disponível na [internet](#).

Da discussão e votação indiciárias, resultou um texto que será remetido a plenário para votação sucessiva na generalidade, especialidade e final global, nos termos conjugados dos artigos 139.º e 146.º do RAR.

O Sr. Presidente felicitou os membros do grupo de trabalho, em particular o Sr. Deputado António Rodrigues, que o coordenou.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) agradeceu o trabalho realizado e referiu que em matéria da UE é mais o que une os presentes do que o que os separa.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) cumprimentou expressamente cada um dos elementos do grupo de trabalho e distinguiu o esforço realizado e o resultado produzido.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) agradeceu o trabalho realizado pelos elementos que compunham o GT e destacou o trabalho dos colaboradores da Comissão e a sua qualidade técnica a que o Sr. Presidente se associou.

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) mencionou que a lei ainda em vigor serviu bem, mas que a Comissão não ficou apenas pela sua modificação e foi mais longe. Concluiu referindo que esta lei é bastante progressiva e atualizada.

4. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- a) Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2004/40/CE relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (campos eletromagnéticos) (18.ª diretiva especial na aceção do n.º 1 do artigo 16.º da Diretiva 89/391/CEE [COM(2012)15] objeto de relatório e parecer da Comissão de Segurança Social e Trabalho

O Sr. Deputado João Lobo (PSD) apresentou o Parecer informando que o objetivo da presente proposta consiste em adiar até 30 de abril de 2014 o prazo de transposição da Diretiva 2004/40/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos. Tendo em conta a complexidade técnica da questão, que exige longos debates com os peritos nacionais, aos pontos de vista altamente divergentes relativamente a algumas disposições da proposta, é improvável que o Parlamento Europeu e o Conselho finalizem o processo de adoção antes de 30 de abril de 2012, pelo que importa evitar uma situação jurídica incerta que surgirá após esta data, altura em todos os Estados-Membros terão de transpor aquela Diretiva se não forem tomadas novas medidas.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) pediu esclarecimentos quanto à falta de consenso e se esta falta de consenso derivava da parte médica o que foi esclarecido pelo Sr. Deputado João Lobo.

O Parecer foi submetido a votação e foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do grupo parlamentar do PCP.

O Sr. Deputado Pedro Filipe Soares (BE) apresentou os pareceres elaborados pela Sr.ª Deputada Ana Drago relativos às seguintes iniciativas:

- c) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera as Diretivas 2000/60/CE e 2008/105/CE no que respeita às substâncias prioritárias no domínio da política da água [COM(2011)876] e RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO relativo aos resultados da revisão do anexo X da Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, respeitante às substâncias prioritárias no domínio da política da água e [COM(2011)875] objeto de relatório e parecer da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local
- d) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição da União Europeia sobre a decisão do Conselho Geral da OMC de prorrogação da derrogação da OMC, a fim de aplicar o regime preferencial comercial autónomo da UE para os Balcãs Ocidentais [COM(2011)716] objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas

O primeiro parecer conclui considerando que as iniciativas em análise não violam o princípio da subsidiariedade, na medida em que o objetivo a alcançar será mais eficazmente atingido através de uma ação comunitária. Quanto ao parecer relativo à segunda iniciativa, conclui que não há verificação do princípio da subsidiariedade, uma vez que a União Europeia tem competência exclusiva conforme artigo 3.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

Os dois Pareceres foram submetidos a votação e aprovados por unanimidade registando-se a ausência do grupo parlamentar do PCP.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

Passou-se à apreciação do Parecer elaborado pelo Sr. Deputado Sérgio Azevedo (PSD) sobre a seguinte iniciativa:

g) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração, em nome da União Europeia, de um Acordo sob forma de troca de cartas entre a União Europeia e a Federação da Rússia no que respeita à introdução ou ao aumento pela Federação da Rússia de direitos de exportação sobre matérias-primas [COM(2011)727] objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas

O Sr. Deputado apresentou sucintamente o Parecer concluindo que a presente iniciativa não viola o princípio da subsidiariedade, na medida em que o objetivo a alcançar será mais eficazmente atingido através de uma ação da União.

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) agradeceu a simpatia e a disponibilidade manifestadas pelo Sr. Deputado Sérgio Azevedo que aceitou fazer o parecer sobre esta iniciativa que inicialmente lhe fora distribuída.

O Parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade registando-se a ausência do grupo parlamentar do PCP.

h) RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório de avaliação intercalar do programa Justiça Penal [COM(2011)255] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

O Sr. Deputado João Lobo (PSD) apresentou o Parecer, tendo começado por agradecer o trabalho da assessoria do seu grupo parlamentar. Referiu que o programa devia agrupar as medidas de apoio à cooperação civil e penal para assegurar uma melhor coordenação entre estes dois domínios jurídicos, sobretudo após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

Concluiu referindo que, constituindo o documento em análise uma iniciativa não legislativa, não cabe apreciação do princípio da subsidiariedade.

O Sr. Presidente referiu que Portugal não é um dos Estados-Membros sub-representados neste programa.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

O Parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade registando-se a ausência do grupo parlamentar do PCP.

i) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Rumo a uma política da UE em matéria penal: assegurar o recurso ao direito penal para uma aplicação efetiva das políticas da UE [COM(2011)573] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) apresentou o parecer, referindo que o Tratado de Lisboa consagrou uma inovação ao prever que a União Europeia pode estabelecer, de acordo com o processo legislativo ordinário, regras mínimas relativas à definição das infrações penais e das sanções em domínios da criminalidade particularmente graves com dimensão transfronteiriça. A comunicação é apresentada como “ um primeiro passo”, que procura “estabelecer o modo como a União Europeia deverá utilizar o direito penal para assegurar a aplicação efetiva das suas políticas”. Destacou a necessidade de criação de consensos alargados nesta matéria e concluiu referindo que subscreve, em termos gerais, as prioridades propostas pela Comissão para o desenvolvimento do direito penal europeu e, em primeiro lugar, a que se refere à matéria respeitante às infrações no domínio dos mercados financeiros. Dado tratar-se de uma iniciativa não legislativa da Comissão não cabe a apreciação do cumprimento do princípio da subsidiariedade, deverá, no entanto, a CAE prosseguir o acompanhamento deste tema através do escrutínio das iniciativas legislativas, que visem desenvolver o direito penal europeu, nomeadamente através de troca de informação com o Governo.

O Sr. Deputado João Lobo (PSD) agradeceu a exposição e o parecer. A propósito do direito penal europeu mencionou o problema da negação e referiu que, recentemente, o tribunal constitucional francês chumbou a denominada lei da negação do genocídio arménio.

O Sr. Deputado Pedro Filipe Soares (BE) associou-se aos agradecimentos e referiu que ao criar-se um espaço supranacional, este tinha também consequências ao nível



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

penal. Considerou importante começar pelos mercados financeiros e pela responsabilização que os mercados têm na situação de alguns países.

O Sr. Presidente agradeceu a exposição e pediu esclarecimentos quanto ao bem jurídico tutelado pelo direito europeu e referiu que quando se falava de direito penal se dizia que este visava proteger determinados bens jurídicos e questionou se existe um bem jurídico europeu.

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) agradeceu as referências elogiosas dos colegas e referiu que bem jurídico não aparece nestes documentos, nem nos critérios subjacentes. A sua ausência, pode, pelo menos no passado, ter ajudado a que se avançasse com criminalizações apressadas. A noção de bem jurídico não é invocada em geral e considerou necessário um maior rigor na definição de critérios.

O Parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade registando-se a ausência do grupo parlamentar do PCP.

b) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da União [COM(2011)934] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor de Parecer: Honório Novo (PCP).

O Sr. Presidente informou que, por se encontrar em trabalhos parlamentares, o Sr. Deputado Honório Novo não estava presente, contudo e por uma questão de prazos, o Parecer que tinha elaborado tinha de ser apreciado na reunião de hoje, pelo que o apresentou de forma sucinta.

O Parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade registando-se a ausência do grupo parlamentar do PCP.

O Sr. Presidente informou que a Sr.ª Deputada Ana Catarina Mendes (PS) pediu o adiamento da apreciação dos dois pareceres que lhe tinham sido distribuídos para a próxima reunião.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

5. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta alterada de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2001/83/CE no que diz respeito à informação ao público em geral sobre medicamentos sujeitos a receita médica [COM(2012)48] e Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 726/2004 no que diz respeito à informação ao público em geral sobre medicamentos para uso humano sujeitos a receita médica [COM(2012)49] objeto de relatório e parecer da Comissão de Saúde

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autora do Parecer a Sra. Deputada Cláudia Aguiar.

b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 726/2004 no que diz respeito à farmacovigilância [COM(2012)51] e Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2001/83/CE no que diz respeito à farmacovigilância [COM(2012)52] objeto de relatório e parecer da Comissão de Saúde

Embora coubesse ao Grupo Parlamentar do PS a indicação de Deputado Autor de Parecer, o Sr. Deputado João Serpa Oliva manifestou interesse em elaborar o referido parecer o que mereceu a anuência daquele grupo parlamentar.

c) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção, investigação, deteção e repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais, e à livre circulação desses dados [COM(2012)10] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer o Sr. Deputado João Lobo.

d) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (regulamento



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

geral sobre a proteção de dados) [COM(2012)11] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer o Sr. Deputado Sérgio Azevedo.

e) Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo ao Estatuto da Fundação Europeia (FE) [COM(2012)35] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer o Sr. Deputado Vitalino Canas.

f) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Abertura e neutralidade da Internet na Europa [COM(2011)222] objeto de relatório e parecer da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer o Sr. Deputado Jacinto Serrão.

g) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Proteção das infraestruturas críticas da informação «Realizações e próximas etapas: para uma cibersegurança mundial» [COM(2011)163] objeto de relatório e parecer da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer o Sr. Deputado Sérgio Azevedo.

h) Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo aos métodos e ao procedimento para a colocação à disposição do recurso próprio baseado no imposto sobre o valor acrescentado [COM(2011)737]; Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo aos métodos e ao procedimento para a colocação à disposição do recurso próprio baseado no imposto sobre as transações financeiras [COM(2011)738]; Proposta alterada de DECISÃO DO CONSELHO relativa ao sistema de recursos próprios da União Europeia [COM(2011)739]; Proposta alterada de REGULAMENTO DO CONSELHO que estabelece as medidas de execução do sistema de recursos próprios da União



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

Europeia [COM(2011)740] objeto de relatório e parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autora do Parecer a Sra. Deputada Maria Helena André mas atendendo à elaboração comum de Parecer anterior, foi igualmente designado o Sr. Deputado Carlos Costa Neves.

i) Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à classificação, embalagem e rotulagem das preparações perigosas [COM(2012)8] objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer o Sr. Deputado Nuno Matias.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião às 19:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de Março 2012.

O PRESIDENTE

(PAULO MOTA PINTO)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
António Rodrigues
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Cláudia Monteiro de Aguiar
Jacinto Serrão
João Lobo
João Serpa Oliva
José Manuel Rodrigues
Maria Ester Vargas
Maria Helena André
Nuno Filipe Matias
Paulo Mota Pinto
Pedro Silva Pereira
Sérgio Azevedo
Vitalino Canas
Fernando Serrasqueiro
José Lino Ramos
Nuno Reis
Sérgio Sousa Pinto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Drago
Francisco de Assis
Honório Novo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Marques